



Brasil ao Cubo S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Mensagem Administração

Encerramos o exercício de 2025 com a convicção de que avançamos com solidez em nossa trajetória de crescimento e fortalecimento estratégico. Este foi um ano marcado pela consolidação de nossas operações, pela intensificação de investimentos estruturantes e pela preparação consistente para um ciclo sustentável de expansão nos próximos anos.

O setor da construção civil no Brasil atravessou 2025 em um ambiente de crescimento moderado, porém consistente. Mesmo diante de juros elevados e custos pressionados, a atividade seguiu avançando, sustentada pela demanda habitacional, investimentos em infraestrutura e programas governamentais como o Minha Casa, Minha Vida. Para 2026, espera-se um cenário mais favorável, apoiado na redução gradual das taxas de juros, maior oferta de crédito imobiliário e expansão dos orçamentos destinados à habitação financiada.

Do ponto de vista comercial, registramos um desempenho excepcional com a conquista de um marco histórico: ultrapassamos a barreira de R\$ 1 bilhão em vendas. Esse avanço foi impulsionado principalmente pela performance do setor de Construção Industrial, que reafirmou nossa capacidade competitiva e ampliou nossa presença em mercados estratégicos.

Em paralelo, realizamos investimentos significativos em tecnologia e no desenvolvimento de produtos na vertical de Construção Modular. Os novos produtos lançados demonstraram forte aceitação do mercado, validando oportunidades futuras em segmentos como habitação popular, além de reforçarem nossa visão de inovação contínua e posicionamento competitivo.

No campo financeiro, apesar da performance comercial expressiva, o lucro operacional e o lucro líquido ficaram abaixo das metas previstas. Encerramos o ano com EBITDA e Lucro líquido de aproximadamente R\$ 6,9 milhões e R\$ 8,3 milhões respectivamente. Esses números refletem um período em que foram priorizados investimentos estruturais e de posicionamento estratégico, preparando a companhia para capturar resultados financeiros mais robustos nos próximos ciclos.

O cenário para 2026 se apresenta otimista com avanço positivo do ambiente financeiro e enxergamos oportunidades importantes com a entrada de produtos competitivos de construção modular, incentivos governamentais voltados à habitação popular, mercado no qual planejamos atuar, e um crescimento nos setores de celulose, logística e portuário, todos com forte potencial de demanda para nossa vertical de Construção Industrial.

Para 2026, projetamos um volume vendas superior a meio bilhão de reais, de acordo com a estratégia comercial de crescimento sustentável da companhia e um aumento relevante na geração de EBITDA. Entre nossas prioridades estratégicas estão a entrada oficial no programa 'Minha Casa, Minha Vida', o avanço das comercializações dos produtos, além da continuidade de maneira significativa o desempenho da companhia no mercado de trabalho onde todos tenham as mesmas oportunidades de crescimento e reconhecimento.

Outro destaque relevante de 2025 foi o desempenho exemplar em segurança do trabalho. Registramos mais de 2,5 milhões de horas trabalhadas sem acidentes com afastamento, reafirmando nosso compromisso inegociável com a vida dos colaboradores e com a integridade de nossas operações. ano também marcou o lançamento da Semana da Qualidade, iniciativa que trouxe reflexões e diretrizes essenciais para garantir a excelência de nossos serviços e reforçar a entrega de valor aos nossos clientes. Qualidade permanece como pilar fundamental na sustentação de nosso crescimento.

Ainda, em cumprimento à Lei de Transparência e Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens, a empresa pública semestralmente seu Relatório de Transparência Salarial, reafirmando o compromisso com uma cultura organizacional justa, equitativa e inclusiva. Nossos critérios remuneratórios são estruturados com base em elementos objetivos, como o Plano de Cargos e Salários, cumprimento de metas, experiência profissional e desempenho, aplicados de forma igual para todos os colaboradores, independentemente do gênero, raça ou qualquer outra característica pessoal. Mais do que uma obrigação legal, enxergamos a transparência salarial como um instrumento estratégico de valorização das pessoas e de fortalecimento de um ambiente de trabalho onde todos tenham as mesmas oportunidades de crescimento e reconhecimento. Seguimos investindo em ações concretas para ampliar a diversidade em todos os níveis da organização, incluindo iniciativas voltadas à contratação e promoção de mulheres, podendo serem citados os programas Mulheres que Constroem e Mulheres à Obra.

Assim, concluímos 2025 como um ano de consolidação e preparação para o futuro. Seguimos firmes, resilientes e plenamente alinhados à nossa estratégia de longo prazo, certos de que os investimentos e movimentos estruturais realizados fortalecerão o desempenho da companhia no próximo ciclo. Seguiremos comprometidos com a transparência, a excelência operacional e a construção de um futuro ainda mais promissor para a empresa.

Atenciosamente, A Administração

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas Brasil ao Cubo S.A.

Opinão

Examinamos as demonstrações contábeis da Brasil ao Cubo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. Av. Carlos Gomes, 1122, Condomínio Carlos Gomes Square, Torre A, Sala 1203, Porto Alegre, RS, Brasil, 91047-022 T: +55 (11) 4004-8000

www.pwc.com.br

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o risco dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 30 de abril de 2026

Emerson Lima de Macejo Contador CRC 1BA023047/O-1

Emerson Lima de Macejo Contador CRC 1BA023047/O-1

Balanco patrimonial Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Recursos financeiros, Receita líquida, Lucro líquido/prejuízo do exercício, Resultado por ação do capital ao final do exercício - R\$

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Outros resultados abrangentes, Total do resultado abrangente do exercício

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro

Reservas de lucros, Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Lucro líquido (prejuízo) do exercício, Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais, Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais

Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos, Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos

Fluxo de caixa das atividades de investimentos, Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro

(Valores expressos em milhares de reais)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos, Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício, Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício, Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração de valor adicionado Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais)

RECEITAS, INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS, VALOR ADICIONADO BRUTO, VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA, VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Pessoal, Remuneração direta, Benefícios, FGTS, Impostos, taxas e contribuições, Remuneração de capitais de terceiros, Remuneração de capitais de próprios

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A BRASIL AO CUBO S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, tendo iniciado suas atividades em 10 de maio de 2013, sediada no município de Tubarão no estado de Santa Catarina, Brasil.

A Companhia trabalha em duas "verticais" de negócios, sendo a primeira direcionada às obras de construção civil convencional, com time especializado em grandes e complexas obras industriais, especialmente com prazos desafiadores. A outra "vertical" atua com a inovação da construção modular, que utiliza como diferencial a produção, em linha de montagem, dos módulos. O principal destino dos módulos produzidos é para aplicação em obras de Incorporações Imobiliárias.

1.1. Participação em Consórcios

Em 2025 a Companhia manteve a participação no Consórcio CTCBR3 Itaquí destinado à obra de infraestrutura, onde participa na proporção de 50%. O Consórcio finalizou a obra em 2022 e mantém CNPJ ativo para fins de pós-obra e definições contratuais.

A estrutura de administração desse empreendimento e a gerência de caixa são centralizadas no consórcio, que monitora o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o consórcio tem a responsabilidade de assegurar que as aplicações de recursos necessários sejam feitas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos do consórcio estão refletidas nos saldos de ativo e passivo, respeitados os respectivos percentuais de participação, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros, e não possuem vencimento predeterminado. Os ativos, passivos, receitas, custos e despesas decorrentes das operações são reconhecidos nas demonstrações contábeis na proporção das participações da Companhia, de acordo com a prática contábil das operações em conjunto (Joint operations) CPC 19 (R2) e IN RFB 1199/2011. As políticas contábeis dos consórcios estão em linha com as políticas contábeis adotadas pela Companhia.

2. Base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, registradas na CVM, as quais consideram, adicionalmente, o entendimento manifestado pela CVM no Ofício circular/CVM/SNC/SEP nº 02/2018 sobre a aplicação da NBC TG 47 (IFRS 15) para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle (conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 3.8.1) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Aspectos relacionados à transferência de controle (conforme descrito em detalhes na Nota Explicativa nº 3.8.1) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, o qual é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=81232a43-02bb-4d91-b6ca-3e37536bf073 Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinaturas acesse:

As mesmas também foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis, apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A preparação de demonstrações contábeis em conformidade com os CPC's requer o uso de certas estimativas e premissas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas estimativas e premissas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 4.

As Demonstrações Contábeis da Brasil ao Cubo S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2026.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nestas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa, equivalentes de caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates) acrescidos dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço com base no regime de competência. As

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata são consideradas como caixa e equivalentes

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de imóveis e pela execução dos serviços de construção prestados no curso normal das atividades da Companhia. Caso o montante dos contratos de construção recebidos seja superior ao das contas a receber é constituído adiantamento de clientes. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante.

As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor justo e posteriormente pelo custo amortizado, com base na taxa de juros efetiva. As perdas estimadas no recebimento de créditos são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber.

3.4. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, insumos, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de matérias-primas e insumos.

3.5. Estoque de imóveis a comercializar

Na atividade de incorporação imobiliária, o custo dos imóveis a comercializar é reconhecido pela aplicação dos gastos, que compreendem os custos para aquisição do terreno, gastos necessários para aprovação do empreendimento com as autoridades governamentais, gastos com incorporação, gastos de construção relacionados com materiais e mão de obra (própria ou contratada de terceiros) e outros custos de construção relacionados, compreendendo também o custo financeiro incorrido durante o exercício de construção, até a finalização da obra.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando da venda de unidades imobiliárias que estão em construção, o custo é apropriado ao resultado conforme o percentual de evolução da obra "POC" (custo incorrido em relação ao custo orçado).

No saldo de estoque de imóveis a comercializar estão contidos também as unidades imobiliárias concluídas que ainda não foram vendidas.

Os saldos de estoque estão subdivididos no Ativo Circulante e Ativo Não Circulante. Os saldos que constam no longo prazo se referem a módulos acabados sem aplicação definida ao qual estima-se que não serão realizados dentro do ciclo operacional normal da Companhia.

3.6. Ativos financeiros

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e recebíveis.

3.6.1 Classificação

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo, seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio de resultado.

A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado:

- Caixa e equivalente de caixa
- Contas a receber de clientes
- Partes relacionadas
- Outros ativos

Para ativos financeiros demonstrados acima, os ganhos e perdas são registrados no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.6.2 Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

3.6.3 Mensuração

Custo amortizado - os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

3.6.4 Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de impairment aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

3.7. Passivos Financeiros

3.7.1 Reconhecimento

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os seguintes passivos financeiros ao custo amortizado:

- Fornecedores,
- Empréstimos e financiamento,
- Outros passivos.

3.7.2 Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.8. Regime de reconhecimento da receita e base de mensuração

O critério adotado para o reconhecimento/apropriação dos ativos e passivos, das receitas e despesas e/ou custos é o regime de competência.

3.8.1 Prestação de serviços, revenda de materiais e incorporação imobiliária

A receita compreende a contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

A Companhia reconhece a receita quando: (I) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (II) é evidenciável que benefícios econômicos futuros fluam para a sociedade; (III) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da sociedade.

A receita de prestação de serviços de construção é reconhecida com base no estágio de execução dos serviços prestados ao final do período de referência, utilizando-se como base os relatórios de medições.

A receita de revenda de materiais é reconhecida quando a Companhia vende um produto ao cliente, que assume o controle do produto na mesma data em que a transação ocorre.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de vendas de incorporação imobiliária, são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão (POC) de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos.

Nos contratos de venda de unidades firmados antes da conclusão da obra, o cliente passa a controlar o ativo à medida que a construção é realizada, no qual a receita é reconhecida ao longo do tempo, utilizando o método do POC. Nos contratos de venda de unidades já concluídas, a receita é reconhecida em um ponto específico no tempo, quando ocorre a transferência de controle do imóvel ao cliente.

A obrigação de desempenho da Companhia consiste na entrega da unidade imobiliária concluída, conforme as especificações previstas em contrato, no qual, preveem pagamentos parcelados ao longo do período de construção, e liquidação e parcelamento do saldo na entrega das chaves. Eventuais distratos são reconhecidos quando identificados, com a reversão das receitas anteriormente apropriadas e ajuste das respectivas contas patrimoniais, quando aplicável.

As quitações são realizadas em dinheiro, por meio de transações bancárias ou outra forma de pagamento.

3.8.2 Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na Rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

3.8.3 Receita de locação

A Companhia auferir receitas decorrentes da locação de unidades imobiliárias classificadas como Propriedades para Investimento, por meios de contrato de locação de longo prazo. Tais ativos são mantidos com a finalidade de geração de benefícios econômicos por meio de receitas de locação, não estando disponíveis para venda imediata no curso normal das operações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de locação são reconhecidas ao longo do prazo de vigência dos contratos, de forma linear, e apresentados como receita bruta de locação, em razão da natureza recorrente desses ingressos ao longo do período contratual.

3.9. Impostos

3.9.1 Impostos correntes

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia foi tributada segundo o regime do lucro real.

A alíquota nominal do imposto de renda é de 15% sobre a base de lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, para a parcela excedente a R\$ 240, conforme determina a legislação vigente. A alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 9%.

Os recolhimentos dos tributos federais, se deram pelo regime de competência.

3.9.2 Impostos diferidos

Impostos diferidos são gerados na data do balanço por diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.9.3 Impostos sobre prestação de serviços

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

• Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;

• Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Sigla	Tributo	Alíquota (%)
PIS cumulativo	Programa de Integração Social	0,65
COFINS cumulativo	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,00
PIS não-cumulativo	Programa de Integração Social	1,65
COFINS não-cumulativo	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
PIS s/ receitas financeiras	Programa de Integração Social	0,65
COFINS s/ receitas financeiras	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	4,00
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2,00 a 5,00

O ISSQN, incidente sobre os serviços de construção civil, com base na Lei Complementar 116/03 deve ser recolhido para o município onde está sendo executada a obra. Os valores devem ser retidos pela Companhia tomadora do serviço.

3.9.4 Regime especial de tributação - RET

Conforme facultado pela legislação, as incorporações de alguns empreendimentos estão submetidas ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens, direitos e obrigações a ela vinculados, estão apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. A Companhia efetuou a opção irrevogável pelo Regime Especial de Tributação - RET, segundo o qual, PIS, COFINS, Contribuição Social e o Imposto de Renda são calculados à razão de 4% sobre a receita bruta.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Ajustes a valor presente de ativos e passivos

A Companhia realizou o cálculo do ajuste a valor presente para os ativos e passivos.

Para o exercício de 2025, a Companhia manteve o cálculo do ajuste a valor presente para as contas a receber de clientes a longo prazo.

Para determinar a taxa de desconto do Ajuste a Valor Presente, considerouse o WACD (custo médio ponderado da dívida) dos empréstimos tomados.

3.11. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos fluirão para a Companhia.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes taxas de depreciação anual, as quais não tiveram alteração em relação aos períodos anteriores:

Bens	%
Instalações	10
Móveis e utensílios	10
Automóveis	20
Utilitários	25
Caminhões	25
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	20
Equipamentos de comunicação	10

O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

3.13. Provisões

As provisões somente são reconhecidas quando a uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

A Companhia monitora mensalmente a evolução das margens de seus respectivos projetos e constitui provisão para perdas cuja margem acumulada apresenta negativas ao final de cada exercício.

3.14. Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

3.15. Operações em conjunto (consórcio)

Operação em conjunto é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. As operações em conjunto são contabilizadas na proporção de cota-parte de ativos, passivos e resultado, na empresa que detém a participação.

3.16. Operações de arrendamento

A Companhia, na qualidade de arrendatária, reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A Companhia reconhece novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais. A companhia reconhece uma depreciação de ativos de direito de uso e despesa financeira sobre obrigações de arrendamento. As taxas de desconto utilizadas pela Companhia foram obtidas de acordo com as condições de mercado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.17. Transações com partes relacionadas

A Companhia realiza transações de compras e vendas de insumos e produtos com partes relacionadas, as quais são efetuadas em condições e prazos pactuados entre as partes. Além disso, possui transações com partes relacionadas de consórcios, conforme descrito na nota 1.1.

3.18. Obrigações com Sociedade em Conta Participação (SCP)

A Companhia atua como sócia ostensiva em Sociedade em Conta Participação, constituída por contrato particular, sem personalidade jurídica, com o objetivo de exercer atividade de incorporação de empreendimento imobiliário, que resultará na edificação de um imóvel residencial.

Em conformidade com o art. 991 do Código Civil, a administração, os registros contábeis e a responsabilidade perante terceiros são de competência exclusiva da sócia ostensiva. A SCP possui CNPJ próprio para fins de apuração de tributos, cujos registros são segregados na contabilidade da empresa.

Os ativos, passivos, receitas e despesas da SCP não se confundem com o patrimônio da sócia ostensiva, sendo os resultados distribuídos aos sócios participantes conforme acordado em contrato.

3.19. Reforma tributária

Em 16/01/2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamenta a Reforma Tributária do Consumo prevista pela Emenda Constitucional ("EC") nº 132/2023. O novo modelo está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre bens e serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, nos termos da Lei complementar. Em 13/01/2026 foi publicada a Lei Complementar nº 227, que institui o Comitê Gestor do IBS, além de definir diretrizes relativas ao processo administrativo fiscal e distribuição da arrecadação do IBS entre os entes federativos, em nada alterando o modelo previamente definido, inclusive, mantendo-se o período de transição entre 2026 até 2032 (sendo 2026 período de teste e adaptação - sem cobrança de IBS e CBS). Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes a serem esclarecidos com a instituição do Regulamento. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Contábeis da Companhia em 31/12/2025.

3.20. Riscos macroeconômicos, climáticos e geopolíticos

A Companhia pode estar indiretamente exposta a riscos decorrentes de fatores macroeconômicos globais, incluindo conflitos internacionais, eventos climáticos adversos e alterações em políticas comerciais entre países, tais como o aumento de tarifas sobre exportações para os Estados Unidos. Tais fatores podem gerar volatilidade nos mercados financeiros e de commodities, impactando cadeias globais de suprimentos e preços de matérias-primas, bem como a disponibilidade dos insumos.

Considerando a natureza das operações da Companhia, tais fatores não são esperados de forma a gerar impactos diretos relevantes em suas atividades. Contudo, podem resultar em efeitos indiretos, principalmente relacionados a eventuais variações nos custos de materiais utilizados na construção civil. A Administração monitora continuamente o ambiente econômico e regulatório, avaliando eventuais impactos que tais fatores possam ter sobre suas operações e resultados.

3.21. Novas normas contábeis

As emissões/alterações de pronunciamentos efetuados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC que são efetivos para o exercício iniciado em 2025 não tiveram impactos nas Demonstrações Contábeis da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu/revisou alguns pronunciamentos, os quais tem sua adoção para o exercício de 2026 ou após. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações Contábeis da adoção destas normas:

Emissão da norma CPC 51 - Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis. Esta nova norma contábil substituirá o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o CPC 51 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas Demonstrações Contábeis, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das Demonstrações Contábeis. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2027. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações contábeis da adoção desta norma.

Alteração das normas CPC 48 e CPC 40 (R1) - Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esclarece aspectos relacionados a classificação e mensuração de instrumentos financeiros. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1/01/2026. A Companhia está avaliando os impactos em suas Demonstrações contábeis da adoção desta alteração nas normas.

3.22. Benefícios a empregados

Os benefícios oferecidos aos empregados, incluída a Participação nos Lucros e Resultados (PLR), vale-refeição e plano de saúde - estão estruturados em conformidade com as disposições previstas nas Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis a cada contrato das obras. Os valores, critérios de elegibilidade e condições de concessão desses benefícios são devidamente ajustados conforme a CCT vigente na região e categoria profissional de cada obra, demonstrando aderência normativa e adequada observância das obrigações trabalhistas.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis críticas

Na elaboração das Demonstrações Contábeis é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Contábeis, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As Demonstrações Contábeis incluem, portanto, estimativas referentes principalmente ao momento do reconhecimento da receita de prestação de serviços e incorporação imobiliária (Nota 3.8.1). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização pode divergir das estimativas.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	5	5
Depósitos bancários	6.815	226
Aplicações de liquidez imediata	104.820	50.163
	111.640	50.394

Aplicações de liquidez imediata incluem investimentos com prazo de vencimento de até 90 dias ou prontamente resgatáveis, ou seja, que possuem liquidez imediata e baixo risco de variação do valor justo. Com rendimento em torno de 105% do CDI.

Aplicações financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras	28.816	5.486
	28.816	5.486

Aplicações financeiras de longo prazo, constituem saldos investidos em CDB, mantidos como garantia, das Cartas Fianças contratadas a fim de assegurar a execução das obras. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são compostas por valores a receber pela execução de obras por empreitada e pela venda de imóveis construídos.

Na prestação de serviço de construção civil, enquanto não emitidas as notas fiscais de faturamento, as medições são mantidas como serviços executados a faturar em contrapartida da receita do exercício.

Na incorporação imobiliária, o saldo a receber de clientes é proporcional ao avanço da obra pelo método "POC". Eventuais recebimentos de clientes superiores ao valor de avanço de obra são tratados como adiantamento de clientes "POC".

Demonstramos abaixo a abertura das contas a receber de clientes da Companhia conforme segregação a seguir:

Clientes	31/12/2025	31/12/2024
Serviços executados e faturados	29.218	14.063
Serviços executados a faturar	52.646	70.042
Incorporação imobiliária	1.032	-
Total a receber bruto	82.896	84.105
(-) AVP - Ajuste a valor presente	(753)	(203)
(-) Provisão p/ perda no recebimento de créditos	(1.173)	(1.173)
Total a receber líquido	80.970	82.729

Contas a receber de clientes por vencimento

	31/12/2025	31/12/2024
Aging		
A vencer	80.719	80.685
Vencidas até 180 dias	814	2.205
Vencidas após 180 dias	1.363	1.215
Total	82.896	84.105

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	80.157	82.755
Ativo não circulante	2.739	1.350
	82.896	84.105

7. Estoques

A Companhia mantém como estoques os materiais que ainda não foram aplicados nas obras, sendo estes mantidos nos locais a serem aplicados ou no almoxarifado central. O estoque em poder de terceiros são aqueles remetidos para terceiros efetuar o beneficiamento dos materiais.

	31/12/2025	31/12/2024
Estoque no Almoxarifado Central	8.409	8.867
Estoque em poder de terceiros	1.492	90
	9.901	8.957

8. Estoque de imóveis a comercializar

A Companhia possui segregado os estoques das operações de incorporação imobiliária e os módulos produzidos pela fábrica. Os módulos fabricados pela Companhia, e que não foram aplicados a nenhuma obra, são contabilizados na conta de "Estoque de módulos acabados". Já os módulos que estão em processo de produção, são contabilizados na conta de "Estoque de módulos em elaboração".

As obras de incorporação imobiliária que estão em construção, e que ainda não foram vendidas, são contabilizadas na conta de "Imóveis em construção". E as que foram concluídas disponíveis a venda, são contabilizadas como "Imóveis concluídos à venda".

Os terrenos que não foram aplicados em algum empreendimento específico, estão contabilizados como "Estoque de terrenos".

	31/12/2025	31/12/2024
Estoque de módulos acabados	18.041	14.215
Estoque de módulos em elaboração	3.006	1.727
Imóveis em construção	17.497	14.904
Imóveis concluídos à venda	6.690	-
Estoque de terrenos	14.475	8.011
	59.709	38.857

A Companhia segregou os estoques em circulante e não circulante. Os saldos que constam no longo prazo se referem a módulos acabados sem aplicação definida ou qual estima-se que não serão realizados dentro do ciclo operacional normal da Companhia. A seguir detalha-se os valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	41.668	38.857
Ativo não circulante	18.041	-
	59.709	38.857

9. Outras contas a receber

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos a fornecedores	13.197	10.725
Adiantamentos a funcionários	229	204
Notas de débito a receber	178	411
Acordo Consórcios a receber	117	838
	13.721	12.178

O saldo de adiantamentos a fornecedores refere-se aos valores pagos a título de exigências contratuais para efetivação da mobilização para execução de obras, tendo como vantagem comercial, eventuais reduções do custo com estes fornecedores.

Os saldos referentes as notas de débito a receber, são valores pagos pela Companhia, em nome dos Consórcios no qual participa e participava, e que estão pendentes de ressarcimento.

O saldo a receber referente "Acordo Consórcios", refere-se ao acordo realizado em 2022 entre as Consorciadas Brasil ao Cubo e Constremac com o término do recebimento previsto para 12/2026.

10. Partes relacionadas

10.1. Saldos com partes relacionadas (Consórcios)

Outras contas a receber:

	31/12/2025	31/12/2024
Notas de débito a receber	178	411
Acordo Consórcios a receber	117	838
	295	1.249

Os valores de notas de débito a receber e Acordo Consórcios a receber são decorrentes de operações com partes relacionadas e estão explicados na nota 8.

Passivo:

Parte	31/12/2025	31/12/2024
Consórcio CTCBR3 Itaquí	27	2
Consórcio CTCBR3 Cerrado	11	-
	38	2

Os valores relativos aos Consórcios, referem-se aos repasses de disponibilidades dos Consórcios para a Brasil ao Cubo, bem como à parcela dos Passivos dos Consórcios correspondente a participação da Companhia nas operações em conjunto. A diminuição expressiva dos aportes e resgates evidenciados na DFC, ocorreram devido ao encerramento da participação no Consórcio CTCBR3 - STS14 (Bracell) e Consórcio BR19 Santos 2 (Eldorado) em 2024, restando baixa movimentação dos demais consórcios no ano de 2025, cujas obras já encerraram e mantêm CNPJ ativo.

A seguir apresentamos os saldos destacados referente aos negócios controlados em conjunto (Consórcios):

Saldos dos negócios em conjunto - Consórcios

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	50	-
Total ativo circulante	61	53
Total ativo não circulante	-	35
Total do passivo circulante	61	88
Total do passivo não circulante	-	-
Receita líquida	-	5.627
Custo	(96)	(15.815)
Lucro Operacional	(96)	(10.188)
Receitas Financeiras	6	14
Despesas Financeiras	(2)	(48)
Lucro antes dos impostos.	(92)	(10.221)
Imposto de renda e contribuição social	-	-
Lucro Líquido	(92)	(10.221)

10.2. Operações comerciais

Compras:

Parte	31/12/2025	31/12/2024
Gerdau Acominas S.A.	-	545
Gerdau Aços Longos S.A.	1.351	1.010
Dexco S.A.	1.873	2.709
Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.	-	4.195
	3.224	8.463

Vendas:

Parte	31/12/2025	31/12/2024
Gerdau Aços Longos S.A.	31	83
Instituto Gerdau	-	5.000
	31	5.083

Contas a pagar:

Parte	31/12/2025	31/12/2024
Gerdau Aços Longos S.A.	-	54
Dexco S.A.	2	54
Dexco Revestimentos Cerâmicos S.A.	4.195	4.195
	4.197	4.265

Nos exercícios findos em 31/12/2025 e 31/12/2024, a Companhia, realizou operações comerciais com empresas as quais está relacionada, decorrente de compras de insumos no montante de R\$ 3.224 (R\$ 8.463 em 2024), vendas de produtos no montante de R\$ 31 (R\$ 5.083 em 2024).

O saldo de contas a pagar em 31/12/2025 totaliza 4.197 (R\$ 4.265 em 2024), sendo que R\$ 4.195 é referente a aquisição de terreno destinado incorporação imobiliária com prazo de pagamento no longo prazo. E não há saldo de contas a receber com partes relacionadas em 31/12/2025.

10.3. Remuneração de pessoal-chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 3.522 (R\$ 3.458 em 31 de dezembro de 2024), e incluiu salários, honorários e remuneração variável.

Não há nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como a Companhia não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Adicionalmente, também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da Alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11. Direito de uso de ativos e passivos de arrendamento

a) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

Ativo de direito de uso	31/12/2025	31/12/2024
Prédios	5.018	4.690
(-) Depreciação Acumulada	(2.030)	(1.231)
	2.988	3.459

Passivos de arrendamento	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	572	495
Não circulante	2.762	3.191
	3.334	3.686

b) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:

A demonstração do resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

Encargos de depreciação dos ativos de direito de uso	31/12/2025	31/12/2024
(-) Depreciação de prédios	(1.223)	(844)
	(1.223)	(844)

c) Síntese da movimentação do direito de uso de ativos:

Ativos de direito de uso

A movimentação de saldos dos ativos de direito de uso é evidenciada abaixo:

	2025	2024
Saldo bruto	-	-
Saldo em 01 de janeiro	3.459	1.741
Adições	752	2.562
Despesa de depreciação	(1.223)	(844)
Saldo em 31 de dezembro	2.988	3.459

Passivos de arrendamento

As movimentações dos saldos dos passivos de arrendamento são apresentadas no quadro abaixo:

	2025	2024
Saldo bruto	3.686	1.843
Saldo em 01 de janeiro	493	403
Juros provisionados	(493)	(403)
Juros pagos	1.243	2.562
Pagamentos	(1.595)	(719)
Saldo em 31 de dezembro	3.334	3.686

Os montantes de desembolsos de arrendamento mercantil são apresentados na Demonstração de Fluxo de Caixa.

Os passivos apresentados no Balanço Patrimonial estão ajustados a valor presente, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado financeiro nacional, onde em 31/12/2025 e 31/12/2024 considerou-se a taxa de 13,49% a.a.

Vencimento dos arrendamentos

	31/12/2025	31/12/2024
Menos de 1 ano	573	495
Entre 1 e 2 anos	649	1.200
Entre 2 e 5 anos	943	898
Acima de 5 anos	1.169	1.093
	3.334	3.686

12. Propriedades para Investimento

As propriedades para investimento da Companhia são mantidas para auferir rendas de locação e valorização do capital, por meio de contratos de longo prazo, e são demonstradas como segue:

Descrição	Custo 31/12/2025	Depreciação acumulada	Custo líquido 31/12/2025	Valor Justo 31/12/2025
Edificações	18.698	-	18.698	22.115
	18.698	-	18.698	22.115

No ano de 2025 a Companhia firmou um contrato de locação de 88 unidades de um imóvel localizado na cidade de Inocência (MS) com prazo de 3 anos. Anteriormente o imóvel estava contabilizado em estoques e foi transferido para Propriedades para Investimento para melhor adequação a utilização do mesmo.

A Companhia adota a mensuração dos mesmos pelo método de custo conforme os CPCs 27 e 28. A depreciação do bem não ocorreu neste exercício, em virtude do valor residual ser superior ao valor de custo.

As movimentações das Propriedades para Investimentos são demonstradas a seguir:

Custo	31/12/2025	31/12/2024
Saldo anterior	-	-
Aquisições	-	-
Baixas	-	-
Transferências	18.698	-
Depreciação	-	-
Saldo final	18.698	-

13. Imobilizado

	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas, equipamentos e veículos	Equipamentos de informática e comunicação	Construção em Andamento	Outras benfeitorias	Total
Custo						
Saldo em 01 de janeiro de 2024	3.825	12.71				

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de dezembro de 2025 não possuem Covenants (cláusulas restritivas de manutenção de indicadores econômico-financeiros) e também garantias, bem como não ocorreram neste exercício operações com derivativos ou que possuam exposição à variação cambial.

A Companhia encontra-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais desses empréstimos.

15. Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Circulante	15.369	9.942
Não Circulante	5.670	4.195
	21.039	14.137

Em "Fornecedores" a Companhia apresenta os saldos a pagar oriundos de aquisições de bens e serviços no mercado doméstico onde a Companhia opera. Para este exercício não foram realizadas operações de risco sacado. Os saldos no Passivo não circulante são aqueles com vencimento a longo prazo.

16. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024
Salários e encargos a pagar	5.986	2.593
Férias e encargos a pagar	4.653	2.100
Tributos retidos a recolher	365	79
	11.004	4.772

A companhia apresentou um acréscimo significativo nos saldos tendo em vista o aumento no número de colaboradores em 2025.

17. Obrigações tributárias

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos sobre o lucro	1.155	-
Tributos sobre a receita	1.424	666
Tributos retidos e outras obrigações	3.645	437
	6.224	1.103
Circulante	6.224	1.103
	6.224	1.103

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes são compostos pelos adiantamentos estabelecidos em contratos para execução da prestação de serviço de obras.

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento obras de grande porte	148.143	51.837
Outros adiantamentos de clientes	223	145
	148.366	51.982

A variação observada no saldo de adiantamentos de clientes entre os exercícios decorre principalmente de condições contratuais específicas de determinadas obras em execução, as quais preveem recebimentos antecipados antes do início ou durante a execução dos serviços. Ressalta-se que nem todos os contratos celebrados pela Companhia possuem cláusulas de adiantamento, motivo pelo qual a movimentação desse saldo não está diretamente relacionada ao volume total de contratos executados no período. Dessa forma, as variações entre períodos refletem principalmente o cronograma financeiro e as condições de pagamento estabelecidas em contratos específicos, não representando necessariamente alteração proporcional no volume de receitas reconhecidas.

Na data-base das demonstrações contábeis, a Companhia possuía R\$ 148.366 de obrigações de desempenho remanescentes relacionadas a contratos com clientes, cuja receita será reconhecida ao resultado conforme o andamento da execução das obras. A Administração estima que o reconhecimento dessas receitas ocorrerá no prazo de 1 ano de R\$ 126.111 entre 1 e 2 anos R\$ 22.255.

19. Provisões
19.1. Provisão para contingências

Administração é parte em processos classificados pelos seus assessores legais com perda provável no montante de R\$ 292, sendo este de natureza trabalhista, contabilizados como provisão. A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

Movimentação	31/12/2025	31/12/2024
Constituição de provisões de novos processos	24	-
Reavaliação da probabilidade de perda de processos existentes	268	-
Saldo final da provisão	292	-

A reclassificação de determinados processos da categoria de perda possível para perda provável no exercício de 2025 decorre de reavaliação efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, considerando o estágio processual e os elementos de prova apresentados nos respectivos processos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na data-base das demonstrações contábeis, a Companhia possuía bloqueios judiciais vinculados a processos trabalhistas no montante de R\$ 44, registrados no ativo e relacionados a processos para os quais há provisão constituída.

Adicionalmente, a Companhia possui contingências classificadas como perda possível (mas não provável) nos montantes de R\$ 1.764 (R\$ 1.632 em 2024), relacionadas a processos de natureza civil de R\$ 1.533 (R\$ 1.521 em 2024) e trabalhista no valor de R\$ 231 (R\$ 111 em 2024), devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis, de acordo com as normas do CPC.

19.2. Provisão para garantias

A Companhia constitui provisão para garantia com base na estimativa de gastos futuros relacionados a serviços de pós-obra, considerando a experiência histórica e a natureza de cada segmento de atuação. Para as obras industriais, a provisão foi calculada mediante a aplicação do percentual de 0,1% sobre o faturamento anual, resultando no montante de R\$ 280. Para a incorporação imobiliária, a provisão foi constituída com base no percentual de 1% sobre o valor das vendas realizadas no exercício, totalizando R\$ 16.

Os percentuais aplicados foram definidos com base na análise histórica de custos incorridos com garantias, revisados periodicamente pela Administração, de modo a refletir a melhor estimativa dos desembolsos futuros esperados.

20. Obrigações com Sociedade em Conta Participação (SCP)

A SCP refere-se ao empreendimento Residencial Domus, sendo um imóvel constituído pelo Lote nº 10, da quadra C, do Condomínio Urbanístico Residencial Domus Vila Moema, situado na Rua Projetada A, nº 559, bairro Recife, Tubarão - SC, com objeto de desenvolver atividade de incorporação de empreendimento imobiliário, que resultará na edificação de um imóvel residencial.

Mediante constituição de SCP a Companhia recebeu como sócia ostensiva, os aportes de capital social provenientes das quotas do sócio participante, cujo sua participação é de 45,02%, que resultam em uma obrigação da SCP com este sócio. No qual o saldo será mantido até o encerramento da sociedade.

Os ativos vinculados ao empreendimento da SCP, compostos principalmente por terreno, custos de construção e demais gastos atribuíveis ao projeto, totalizam R\$ 2.003. Considerando que a Companhia atua como sócia ostensiva e é responsável pela condução e gestão do empreendimento, os ativos, passivos, receitas e despesas da SCP foram integralmente reconhecidos nas demonstrações contábeis da Companhia.

21. Patrimônio líquido
21.1. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 123.371, dividido em 4.633.712 ações ordinárias, e 8.242.652 ações preferenciais classe A, integralizadas em moeda corrente nacional, todas nominativas e sem valor nominal.

21.2. Reserva de lucros

i) Reserva Legal: pela legislação brasileira, a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários, preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, para reserva legal até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser utilizada para fins de dividendos. A Companhia constituiu no ano de 2025 o valor de R\$ 415, enquanto no ano de 2024 não foi constituída esta reserva em virtude da apresentação de prejuízo.

ii) Reserva Estatutária: prevê o Estatuto Social da Companhia a constituição de Reserva de Lucros para Investimentos e Capital de Giro, de no mínimo 5% do lucro líquido do exercício até o máximo de 50%, destinada a custear investimentos na expansão ou a fortalecer o capital de giro da Companhia, não podendo o saldo desta conta exceder, a qualquer tempo, 20% do Capital Social, nos termos do artigo 199 da Lei das Sociedades Anônimas. A Companhia havia constituído em exercícios anteriores o valor de R\$ 19.305. Em 2025 foi deliberado em Assembleia Geral a distribuição de R\$ 1.201 referente dividendos adicionais do ano anterior, sendo deduzidos dessa Reserva Estatutária, e adicionalmente constituiu-se o valor de R\$ 4.149 equivalente a 50% do lucro líquido do exercício de 2025. Em 2024 não houve constituição desta reserva em função do prejuízo apurado.

iii) Reserva de orçamento de capital: Conforme previsão estatutária, a Companhia deve destinar no mínimo, 5% do lucro líquido do exercício, até o máximo de 50%, para constituição ou manutenção de Reserva Especial, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades Anônimas, destinada a suportar investimentos previstos em orçamento de capital, não podendo o saldo desta conta exceder, a qualquer tempo, 20% do Capital Social. Em 2025 foi deliberado em Assembleia Geral a distribuição de R\$ 3.799 referente dividendos adicionais do ano anterior, sendo deduzidos da Reserva de orçamento de capital, e constituiu-se o valor de R\$ 1.763. Em 2024, o prejuízo de R\$ 14.353 foi absorvido por esta reserva.

21.3. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o percentual de dividendos obrigatórios é de 25% do lucro líquido ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 26/12/2025 ocorreu aprovação de distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 5.000, referente a resultado de períodos anteriores.

Referente ao ano de 2025 foi provisionado R\$ 1.971 de dividendos obrigatório, ao qual serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2025
Lucro Líquido	8.298
(-) Reserva Legal (5%)	(415)
(=) Base de cálculo	7.883
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	1.971
Dividendos adicionais	5.000
Dividendos a distribuir	6.971

22. Resultado por ação

A Companhia não possui instrumentos potencialmente diluidores, a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido com os montantes usados para calcular o resultado por ação.

	2025			2024		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
<i>(Em milhares, exceto ações e dados por ação)</i>						
Numerador						
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	2.986	5.312	8.298	(5.165)	(9.188)	(14.353)
Denominador						
Média ponderada de ações	4.633.712	8.242.652	4.633.712	8.242.652	-	-
Resultado por ação - R\$	0,62	0,62	(1,11)	(1,11)	-	-

23. Receita líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta		
Prestação de Serviços	279.861	237.196
Locação de imóveis	3.909	-
Comercialização atividade imobiliária	1.954	-
	285.724	237.196

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
(-) Deduções		
Cancelamento de faturas	(8.218)	(700)
Tributos sobre vendas	(14.179)	(11.636)
	(22.397)	(12.336)
Receita líquida	263.327	224.860

O cancelamento das faturas corresponde a reversão de receita, em virtude de revisões contratuais de receitas variáveis.

24. Custos dos serviços prestados por natureza

Os custos dos serviços prestados, por natureza, estão demonstrados da seguinte maneira:

Custos por natureza	31/12/2025	31/12/2024
Mão de obra direta e serviços de terceiros	138.123	122.330
Materiais aplicados e custos gerais dos serviços	62.660	79.466
Custo de imóveis vendidos	1.474	-
Outros custos diretos	3.571	1.858
Mão de obra e serviços de terceiros indiretos	28.846	13.416
Material, equipamentos e custos gerais indiretos	1.554	2.314
Outros custos indiretos	5.160	4.324
	241.388	223.708

25. Despesas operacionais

As despesas operacionais, por natureza, estão demonstradas da seguinte maneira:

Despesas por natureza	31/12/2025	31/12/2024
Com pessoal	7.451	5.515
Ocupação, utilidades e serviços	8.869	6.416
Despesas tributárias	2.833	1.199
Despesas gerais	753	14
	19.906	13.144
Despesas por função	31/12/2025	31/12/2024
Despesas comerciais	726	1.044
Despesas gerais e administrativas	19.180	12.100
	19.906	13.144

26. Outras receitas (despesas) operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Venda de imobilizado	9	91
Receita de locação	-	7
Receita de venda de sucata/materiais	116	173
Receita Acordo Consórcios	-	6.113
Outras Receitas	512	102
Outras receitas operacionais	637	6.486

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2025	31/12/2024
Custo na alienação de imobilizado	(3)	(382)
Perda Acordo Consórcios	-	(15.882)
Tributos sobre outras receitas	(78)	(621)
Outras despesas	(375)	(47)
Outras despesas operacionais	(456)	(16.932)

	31/12/2025	31/12/2024
Outras receitas operacionais	637	6.486
Outras despesas operacionais	(456)	(16.932)
Líquido	181	(10.446)

27. Receitas e despesas financeiras

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Ajuste a valor presente	178	131
Rendimentos de aplicações financeiras	10.504	8.876
Outras receitas financeiras	258	89
	10.940	9.096

(-) Despesas Financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Juros s/ passivo de arrendamento	(491)	(403)
Juros pagos ou incorridos	(39)	(61)
Juros s/ empréstimos bancários	(11)	-
Juros s/ parcelamentos	(57)	-
Multas pagas ou incorridas	(2)	(15)
IOF - Imposto s/ operações financeiras	(58)	-
Descontos concedidos	(30)	(105)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(499)	(417)
Outras despesas financeiras	(113)	(10)
	(1.300)	(1.011)
Resultado Financeiro líquido	9.640	8.085

28. Impostos sobre o Lucro

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado antes do IRPJ e CSLL	11.854	(14.354)
(-) Resultado Incorporação Imobiliária (RET)	(816)	-
(+) Adições		
(+) Despesas não dedutíveis	2.970	8
(+) Doações	120	34
(+) Multas	56	61

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
(+) Custos não dedutíveis	900	19
(+) Encargos de depreciação - arrendamento	1.223	845
(+) Despesa de juros - arrendamento	491	403
(=) Total de adições	5.660	1.370
(-) Excluídos		
(-) Reversão de provisão não dedutível	(84)	(4.221)
(-) Receita Financeira AVP	(178)	(131)
(-) Lucros não sujeitos a tributação	(51)	(73)
(-) Arrendamento mercantil	(1.595)	(1.121)
(=) Total de exclusões	(1.908)	(5.546)
(=) Lucro Real/Base de Cálculo Negativa	15.590	(18.530)
(-) Compensação de prejuízos acumulados	(4.677)	-
(=) Lucro Real/Base Negativa após compensações	10.913	(18.530)

CSLL

	2025	2024
CSLL (9%)	982	-

IRPJ

	2025	2024
IRPJ (15%)	1.637	-
IRPJ (Adicional de 10%)	1.067	-
(-) Incentivos fiscais (PAT)	(65)	-
(-) Doações (FIA, FEA, ROUANTE, DESPORTO)	(65)	-
(=) Total IRPJ	2.574	-

	2025	2024
TOTAL IRPJ e CSLL	3.556	-

29. Instrumentos financeiros
29.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

29.2. Política de gestão de riscos financeiros

A natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa pela diretoria financeira.

A Diretoria da Companhia examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2025
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29.3. Risco de liquidez

É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área financeira.

29.4. Risco de mercado

O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia ter redução da demanda por fatores econômicos, bem como aumento dos custos de materiais aplicados.

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc. Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=8123aa43-02bb-4d91-b6ca-3e37536bf673>

Chave de acesso: 8123aa43-02bb-4d91-b6ca-3e37536bf673



Hash do documento

f4020525fe377052c4ee2c61e158c97eee643fc443b777778bf19cffd8d86046

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 08-05-2026, com o(s) seguinte(s) participante(s):

HORA CERTA NOTÍCIAS LTDA - 30.954.422/0001-67 em 08/05/2026
10:36:48 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: direcao@hcnoticias.com.br

Geolocalização: Latitude: Longitude:

IP: 177.74.75.132



Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.